

Contágio do bem

VIRTUDE NA POLÍTICA MACROECONÔMICA DEVE SER ESTENDIDA ÀS POLÍTICAS SETORIAIS

MARCELO DE PAIVA ABREU

A política macroeconômica do governo Lula, ao contrário do que se supunha, foi até agora marcada por perfeita continuidade em relação à adotada por seu predecessor. Foi exemplar a forma como foram enfrentadas as dificuldades suscitadas pela desvalorização cambial causada pela crença de que Lula implementaria as propostas de seu programa de governo. Agora, em meio a outro ataque ciclotímico do mercado, o dólar beira os R\$ 3,00 e há inequívoca aprovação internacional do ministro Palocci pelos mercados, pelas organizações internacionais e pelos governos dos países desenvolvidos, em especial dos EUA. O ministro parece combinar o compromisso inamovível com a estabilidade com notável fleuma em meio ao império das volatilidades tanto do mercado quanto no bojo da coalizão petista.

Entretanto, a manutenção da credibilidade da política econômica rumo a uma substancial redução da inflação e também da taxa de juros continua a configurar apenas condições necessárias, e não suficientes, para o efetivo sucesso da política econômica. É verdade que o governo, ao selecionar a reforma previdenciária como passo seguinte na sua peregrinação rumo à virtude, poderá consolidar de forma contundente a crença dos mercados na contínua gestão prudente da economia.

Mas isto ainda não é suficiente. A desejada retomada do crescimento em bases sólidas pode ser muito ajudada por políticas "microeconômicas" respaldadas no bom desempenho da política macroeconômica. Isto nada tem que ver com a volta à ordenha perdida, preconizada por interesses traquejados na extração de favores governamentais. Para ter efetivo e duradouro sucesso, o governo Lula necessita ampliar a área de influência da parte do governo que está dando certo e reduzir o espaço dos que estão se revelando ineficazes. Que a ação da maior parte dos órgãos setoriais tenha sido ineficaz até o momento não é de todo ruim, pois não há nada pior do que um bom implementador de idéias equivocadas. Setores cruciais do governo, como o BNDES e o Ministério da Ciência e Tecnologia, para limitar os exemplos às áreas mais próximas da agenda econômica, parecem em dificuldades para definir prioridades em sintonia com a política macroeconômica. É difícil acreditar que a estratégia do governo seja baseada, em um primeiro momento, na arrumação da casa pelo ministro Palocci, para depois ser dado espaço a dispendiosos experimentos setoriais que nem mesmo são originais.

A forma mais efetiva de combinar políticas "microeconômicas" com a política macroeconômica responsável seria através de um avanço decisivo na política comercial. O Brasil, depois de recuperar o tempo perdido até meados da década de 90, promovendo significativa liberalização comercial, está de novo atrasado em relação aos seus competidores no mercado mundial. A mudança de regime mais desejável seria através de liberalização recíproca decorrente de um substancial avanço na rodada multilateral de Doha. Mas o próprio timing das negociações multilaterais torna difícil a sua conciliação com os objetivos do governo Lula, ou pelo menos de um primeiro governo Lula. Além disto, tudo indica que mesmo a meta de 2005 para concluir Doha é excessivamente otimista, em face da relutância européia em reformar decisivamente a sua Política Agrícola Comum antes de 2007. As segundas opções, não conflitantes, incluem: a negociação de uma área de livre comércio com a União Européia, a conclusão da Alca e a celebração de acordos preferenciais bilaterais com um certo número de parceiros considerados de importância estratégica.

Em certo momento houve alguma esperança que o temor ao isolamento pós-Iraque pudesse contribuir para mudar a postura da França quanto à agricultura, pelo menos no quadro das

negociações Mercosul-União Européia, especialmente em vista da substancial melhoria da proposta do Mercosul. Mas esta esperança parece hoje infundada.

Por outro lado, a proposta dos EUA ao Mercosul indica que Washington tem dificuldade em absorver o fato de que o Brasil só poderá aderir à Alca se houver uma proposta substantiva de melhoria de acesso ao mercado norte-americano exatamente em relação aos produtos considerados sensíveis pelos EUA. A estratégia dos EUA de tentar fazer prevalecer um pacote que adie ou exclua concessões relativas aos produtos nos quais os exportadores brasileiros estão mais interessados - um verdadeiro "upfront free lunch", período inicial sem sacrifícios - é simplesmente inviável. Ter ativos interesses protecionistas não é um privilégio dos EUA. O Brasil também tem Congresso e opinião pública a serem contentados no quadro das negociações do acordo de integração hemisférica. Para desmontar a proteção, o governo precisa do apoio dos exportadores interessados na expansão dos seus mercados. A ambigüidade da posição dos EUA deve ser eliminada: "tudo está na mesa" ou o que mais interessa ao Brasil - subsídios agrícolas, antidumping - os EUA só estão dispostos a discutir em Genebra? No segundo caso, adeus Alca antes de 2007. Há uns poucos sinais de virada do vento em Washington tanto na comunidade acadêmica quanto no governo, entre os quais a recente visita do secretário do Tesouro John Snow ao Brasil. Mas os EUA não têm mostras de maturidade política no exercício de sua hegemonia como atestam as declarações de que a França mereceria ser castigada pelo seu atrevimento na ONU.

Se Alca também fracassar restará ao Brasil intensificar a sua ação no plano bilateral, reparando parcialmente os danos da proliferação de acordos bilaterais dos EUA na América Latina e desenvolvendo seus vínculos com grandes parceiros potenciais como a China. Mas os resultados serão lentos. É um cenário subótimo, embora dominante para alguns entusiastas da geopolítica algo futurista com trânsito nos corredores do poder.

Marcelo de Paiva Abreu é professor em licença sabática do Departamento de Economia da PUC-Rio